

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 01/2022



CADERNO DE PROVA DISCURSIVA

CADERNO 217	CARGO/ESPECIALIDADE: <ul style="list-style-type: none">• ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA VII – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
------------------------------	--

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de prova discursiva contém um total de 5 (cinco) questões de Conhecimentos Específicos da especialidade/área de seleção. Confira-o.
2. Esta prova terá duração de **4** (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas nas Folhas de Respostas oficiais.
3. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **3** (três) horas contadas a partir do seu início efetivo.
4. As respostas deverão ser transcritas, **em letra legível**, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Não será corrigida a questão discursiva que for respondida a lápis, em parte ou na sua totalidade, ou apresentar letra ilegível.
6. Em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzzyzyjxyzzyz~~)
7. Não haverá substituição das Folhas de Respostas das questões discursivas, devendo o candidato zelar pela sua integridade.
8. As folhas de respostas da prova discursiva não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem poderão conter em qualquer local, que não o indicado, qualquer palavra, sinal, expressão ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de eliminação.
9. Para formular as respostas, o candidato deverá observar as orientações contidas no enunciado, respeitando os **limites** estabelecidos.
10. A identificação do candidato deverá ser feita **apenas** no espaço reservado para esse fim, na página 3.
11. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, devidamente assinado.
12. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Prezado(a) candidato(a),

Preencha com seu número de inscrição, nome legível e assine.

Nº de Inscrição

Nome

Assinatura

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

A Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, foi promulgada pelo Congresso Nacional com o objetivo de modificar o regime jurídico-administrativo, dispondo, entre outros assuntos, sobre princípios e normas da administração pública, servidores públicos, agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas. Dentre as mudanças realizadas, a referida emenda alterou a redação do *caput* do art. 39 da Constituição da República, que previa o chamado regime jurídico único dos servidores públicos.

EXPLIQUE em que consiste o regime jurídico único dos servidores públicos e se sua instituição é ou não obrigatória para a administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 1

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Rascunho

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 2

Em Minas Gerais, um número expressivo de famílias vive da coleta de resíduos sólidos, como papel, plásticos, metais e vidros. A partir de debates envolvendo setores variados da sociedade e do Poder Público, foi aprovada a Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis – Bolsa Reciclagem. Trata-se de exemplo de política pública estabelecida pelo estado no exercício de sua competência constitucional concorrente para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Isso mostra que, respeitados os princípios limitadores da autonomia dos estados na Federação, o Poder Legislativo estadual desempenha um papel de grande importância nas diferentes etapas do ciclo das políticas públicas.

Em um texto, **EXPLIQUE:**

- os princípios limitadores da autonomia dos estados na Federação;
- as diferentes etapas do ciclo das políticas públicas;
- o papel do Poder Legislativo em cada uma dessas etapas.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 2

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Rascunho

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 3

Leia o texto a seguir, em que se apresenta uma situação hipotética:

A Companhia X é uma empresa pública do Estado de Minas Gerais, constituída na forma de sociedade anônima, que atua como prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado. Além da atividade que desempenha, tal empresa é proprietária de dez imóveis localizados no Município de Belo Horizonte. Segundo avaliação realizada em 2022, os imóveis valem juntos cerca de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Apesar disso, nenhum deles se encontra atualmente afetado ao desempenho de alguma atividade por parte da empresa.

No intuito de buscar recursos que possam ser utilizados em favor do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos estaduais, o governador do Estado manifesta intenção de promover as seguintes ações:

- vender vinte e cinco imóveis de propriedade do Estado;
- vender cinco imóveis de propriedade da Companhia X;
- vender todas as ações da Companhia X.

Quanto aos outros cinco imóveis de propriedade da Companhia X, o governador do Estado pretende doar três ao Município de Belo Horizonte e dois a uma entidade particular de fins não lucrativos.

Em consulta formulada à Consultoria Legislativa, um grupo de deputados integrantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais deseja saber o seguinte:

- quais são os requisitos para a alienação de imóveis de propriedade do Estado;
- quais são os requisitos para a alienação de imóveis da Companhia X;
- quais são os requisitos para a alienação de todas as ações da Companhia X;
- se as doações que o governador pretende fazer estão de acordo com a Constituição do Estado e a legislação federal.

REDIJA um texto **RESPONDENDO** a esses questionamentos.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 3

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Rascunho

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 4

Segundo José Celso Cardoso Júnior, (*Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Ressignificar o Debate e Capacitar o Estado*), a atividade de planejamento governamental era desempenhada, no passado, de forma centralizada e com viés essencialmente normativo. Hoje, no entanto, o Estado precisa dotar a função de planejamento dos seguintes componentes:

- forte conteúdo estratégico;
- capacidade de articulação e coordenação institucional;
- fortes conteúdos prospectivos e propositivos;
- forte conteúdo participativo.

Em Minas Gerais, o planejamento governamental sistêmico resulta de uma articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo para a elaboração e discussão da legislação que institui instrumentos de curto, médio e longo prazos. Tais instrumentos são o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

EXPLIQUE o que são esses instrumentos e como eles se articulam e **ANALISE** se o planejamento em Minas tem observado os componentes listados acima.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 4

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 5

A Deliberação da Mesa nº 2.694, de 10 de dezembro de 2018, dispõe sobre a política de participação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Embora implementada apenas em 2018, a referida norma organiza e consolida um conjunto de práticas que a Assembleia de Minas já adota há décadas, como a realização de eventos participativos e a implementação e manutenção de canais diversos de interação com a sociedade.

Dentre as diretrizes da política de participação da Assembleia, referentes à gestão e organização das práticas participativas, consta o objetivo de potencializar o uso de tecnologia como instrumento para a ampliação e o aprimoramento da participação. Como apontam Rafael Cardoso Sampaio e Isabele Batista Mitozo, a concretização de novas tecnologias está usualmente baseada em um discurso “utópico e revolucionário”, segundo o qual meios adicionais e inovadores de comunicação social importariam, invariavelmente, em um melhoramento dos processos decisórios, com o empoderamento dos cidadãos e o incremento da responsividade dos governantes. Por outro lado, ponderam os citados autores, nenhuma tecnologia é neutra. “Como veículos de comunicação, as diferentes tecnologias apresentam características e especificidades que determinam a maneira como são utilizadas, ou seja, podem estruturar, guiar ou incentivar determinadas escolhas e preferências”.

(SAMPAIO, Rafael Cardoso; MITOZO, Isabele Batista. Democracia digital e o processo de abertura dos parlamentos. *In*: MOREIRA, Bernardo Motta; BERNARDES JÚNIOR, José Alcione [coord.]. *A elaboração legislativa em perspectiva crítica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2020, p. 243.)

EXPLIQUE como as práticas participativas podem subsidiar a tomada de decisões no processo legislativo, **ANALISANDO** os conflitos que emergem das tensões entre representação e participação e entre ampliação dos canais tecnológicos de interação e requisitos de isonomia, inclusividade e autonomia para a participação política.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 5

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**SOMENTE VIRE ESTE CADERNO
QUANDO AUTORIZADO PELO FISCAL**